

CAMPONESES BRASILEIROSLídia Baumgarten BRAUN¹

Resenha de WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335p.

As reflexões em torno da temática do campesinato brasileiro instigaram, ao longo dos anos, trabalhos que, embora fossem considerados relevantes, não o via como protagonista social, parte integrante de uma classe social. Ao contrário, o campesinato foi freqüentemente visto como um resíduo da ação dos demais atores sociais. No caso específico do Brasil foi acentuada pela influência da concepção camponesa européia medieval que não reconhece a presença histórica do campesinato.

O primeiro volume da Coletânea História Social do Campesinato – Camponeses Brasileiros, organizado por Clifford Andrew Welch, Edgard Malagodi, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Maria de Nazareth B. Wanderley, apresenta alguns autores renomados que produziram obras clássicas relevantes sobre o camponês no Brasil, seu mundo cultural, político, econômico e social que definem as múltiplas características e experiências desses sujeitos.

Os organizadores, interessados em reavaliar o conceito do campesinato, procuraram reunir estudiosos que pudessem dar outra interpretação, *que revelassem a presença de uma classe ou modos de produção camponeses*.

As questões abordadas nesse livro situam o campesinato como uma categoria esquecida, aliada a uma imagem pejorativa, sinônimo de atraso, da fragilidade política e da não-independência, seja ela política ou econômica. O campesinato sempre foi visto como pouco eficiente economicamente, *resultado do tradicionalismo e da aversão ao risco*. Isso acarretava à categoria “*pouca visibilidade, uma morte*

¹ Lídia Baumgarten Braun é Doutoranda em História - FCL – UNESP/Assis – SP - Brasil – E-mail: lidibraun@uol.com.br

constantemente anunciada, embora adiada, a condição de ameaçados, economicamente, socialmente, politicamente”¹

Contudo, a partir dos acontecimentos políticos e das guerras camponesas do século XX foi possível evidenciar a imbricada relação das lutas e das possibilidades dos camponeses frente ao novo cenário mundial.

As várias contestações e formas de resistência desenvolvidas por grupos particulares elevaram os camponeses à condição de protagonistas que se firmaram por suas qualidades de lidar com as demandas de *subsistência da justiça e da nação*.

De maneira ampla, os textos inseridos na coletânea dizem respeito às temáticas que surgiram, principalmente, a partir dos anos de 1960 e 1970, registrando um movimento de redescoberta dos camponeses. Nesse primeiro volume, organizado em quatro partes, os autores fazem referência à forma particular de tratar o solo, à produção de alimentos para garantir a subsistência das famílias e a reprodução de trabalhadores, *“segundo uma cultura típica dos pequenos grupos e modos de vida, vieram a ser resignificados, em seu conjunto, como uma classe”²*.

A primeira parte inclui os textos cujos autores estavam envolvidos no debate político, nos anos de 1950 e 1960, sobre a natureza da sociedade brasileira e as perspectivas para o seu futuro. No centro dessas reflexões estava a configuração das classes sociais e, de modo especial, a natureza e o papel histórico do campesinato. O contexto imediato desse debate é dado pela efervescência das Ligas Camponesas e pela elaboração no Congresso Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963.

A gênese da estrutura agrária brasileira e seus efeitos sobre os camponeses e sobre o conjunto da sociedade brasileira - da época colonial até meados do século passado - são analisados por Alberto Passos Guimarães. O autor faz uma discussão do significado da legislação social na nossa história agrária, mostrando o efeito da luta de classes dos senhores contra os homens livres pobres, ou seja, um confronto direto entre ambas as partes, que sujeitou os homens livres apenas ao uso da terra e negou o acesso à posse legal de terra.

O debate entre diversos segmentos da sociedade a respeito da regulamentação do trabalho na agricultura em 1963 é tema de discussão da socióloga Maria Isaura Pereira Queiroz. Foi nesse período que o Congresso Nacional elaborou o Estatuto do Trabalhador Rural, lei que, pela primeira vez, normalizou todos os regulamentos que deviam reger a contratação de trabalhadores para as atividades agrícolas e as atividades de pequenos agricultores, especialmente em relações de

dependência como arrendatários e parceiros. A autora aponta para a existência de três tipos de sítiantes, que se distinguem segundo o modo de acesso à terra: o proprietário, o posseiro e o agregado. Queiroz propõe a reforma agrária que, sem destruir o modo de funcionamento que lhes é próprio, assegure o acesso dos sítiantes à propriedade da terra, ao mercado, a uma educação de qualidade e lhes ajude na gestão do seu estabelecimento familiar.

As lutas diárias de populações submetidas à busca pela sobrevivência são abordadas por Manuel Correia de Andrade, que analisa as várias facetas da relação entre os elementos formadores da região do Nordeste, pelo exame dos aspectos históricos, geográficos e políticos que marcam os processos nos quais estão imbricados aqueles que tiram o sustento da agricultura e da pecuária. Andrade delineou as formas usuais de resistência dos trabalhadores às miseráveis condições de subsistência e apontou que as políticas de colonização do governo central, embora oferecessem saídas individualizadas, via migração, seriam pouco efetivas para a solução dos problemas da maioria. Andrade examinou também como as condições de expansão das usinas de açúcar e álcool, a diminuição das áreas de produção de alimentos e as cobranças dos altos impostos aos foreiros determinaram uma situação insustentável, que culminou no movimento das Ligas Camponesas.

Na segunda parte foram incluídos cinco textos. Eles têm em comum o esforço de compreensão teórica do campesinato, por meio da construção de conceitos e de categorias analíticas para explicar as particularidades desse ator social na sociedade brasileira, constituído nos limites da escravidão e da concentração fundiária.

As situações empíricas particulares, como é o caso dos modelos de situações-limite da fronteira amazônica e do Nordeste brasileiro, que poderiam ser entendidas num *continuum camponês-proletário*, são analisadas por Otávio Guilherme Velho. Considerando as condições de acesso à terra no Nordeste, determinadas segundo as demandas da monocultura, menos terra, mais mão-de-obra, maior integração ao sistema nacional, teríamos, conseqüentemente, conforme o autor, menos camponeses e mais proletários.

A formação do escravo-camponês no interior da própria *plantation* escravista colonial é discutida por Ciro Flamarion Cardoso. Esse é um tema pouco visualizado nos debates sobre o campesinato e formação social brasileira, pois o sistema da *plantation* foi visto prioritariamente como um empreendimento mercantil, e o seu debate esteve centrado no seu eventual caráter feudal ou capitalista. Flamarion percorre a trilha aberta pelo historiador polonês Tadeusz Lepkowski, que permite

fundamentar sua tese da formação de um campesinato dentro do sistema escravista nas Américas.

A necessidade de pesquisar a história não da grande lavoura de exportação, mas do campesinato, que produz o sustento do povo brasileiro desde 1530, norteia as discussões de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, que desafiaram toda uma historiografia tradicional brasileira ao introduzir o campesinato como novo elemento na paisagem brasileira e apontaram novos caminhos de reflexão e de pesquisa.

Já a importância do campesinato nas grandes revoluções sociais da era pós-revolução industrial é tema do sociólogo Octávio Ianni. Embora Ianni não enquadre o camponês no modelo-padrão de uma *classe revolucionária*, isso não o impede de recolocar o significado das lutas camponesas.

O reconhecimento da existência de pequenos agricultores no período colonial e a relação da produção da grande *plantation*, de produção para exportação, e do pequeno agricultor, de produção doméstica, pautaram as reflexões do historiador Guillermo Palacios que investiga uma revolta de gente pobre em 1851-1852. O autor demonstra que os pobres cultivadores livres, através das revoltas, expressaram sua identidade camponesa ao manifestar sua resistência contra o projeto burguês.

A terceira parte reúne autores de grande importância teórica, com particularidades de pesquisas e construções conceituais que enfocam situações concretas distintas de reprodução do campesinato brasileiro.

Analisando as condições sócio-econômicas do campo brasileiro, o canadense Kalervo Oberg definiu quatro grupos: a “plantação” monocultura, as fazendas de gado, as granjas de gado leiteiro e a agricultura familiar, resultante da imigração européia e asiática. Além desses, Kalervo identifica o quinto grupo e o descreve como um pequeno produtor de subsistência ou roceiro, que produz culturas alimentícias primárias.

Além de não possuir a propriedade – ter apenas a posse, o autor identifica outro tipo de instabilidade: a técnica de cultivo é instável, itinerante, dependendo da queima das matas e capoeiras. Sempre dependendo do grande proprietário, de quem é um agregado, rendeiro, meeiro ou mesmo trabalhador assalariado. Um aspecto importante que Kalervo observa é a questão do camponês como “marginal”, porque parte da idéia de que ele não é produto da história econômica. Outra questão considerada é o surgimento do camponês do Sul do país, uma classe de camponeses

“completos”, pois estes eram simultaneamente os proprietários da terra, do capital e do trabalho.

A reflexão multifacetária do modo de vida de grupos sociais existentes no Sudeste do país, especialmente em regiões dos estados de Minas Gerais e São Paulo, esteve presente nas discussões de Antonio Candido. O autor define os elementos do campesinato como em níveis “mínimos vitais e sociais”. Para garantir a dieta mínima, falta a esses camponeses, como Antonio Candido demonstra, o equilíbrio resultante do sistema da policultura-pecuária. Os níveis mínimos são igualmente observados na vida social, cuja expressão é o bairro rural, modo de sociabilidade própria dos caipiras, recriado na fazenda, quase um bairro. A esse mínimo social corresponde a base territorial e um sentimento de pertencimento; é nele que os camponeses encontram o complemento ao trabalho da família e é nele que se manifesta a vida lúdico-religiosa do grupo vicinal. Nesse texto Antonio Candido analisa a sociabilidade camponesa.

A condição do camponês subordinado às plantações dominantes é objeto de reflexão de Moacir Palmeira, que observa as diversas categorias de trabalhadores engajados nas plantações de cana e as distintas modalidades de moradia. Para o autor, o acesso ao sítio cria para o morador a oportunidade de tomar decisões, organizar a produção, coordenar o trabalho da família e vender o excedente, oportunidades que o aproximam da experiência do campesinato e que se apresentam como um ideal a ser buscado por outros trabalhadores não moradores. Tradicionalmente, a moradia se inscrevia nas relações paternalistas entre proprietário e empregado, no entanto, a legislação brasileira reconheceu o acesso ao sítio como direito dos trabalhadores. Segundo Moacir Palmeira, a lei do sítio se tornou uma arma poderosa nas negociações classistas entre senhores de engenho e canavieiros.

O tema migração é discutido por Klaas Woortmann, um dos antropólogos brasileiros que há muitos anos tem se dedicado ao estudo do campesinato. Woortmann entende essa experiência como parte integrante das próprias práticas de reprodução do campesinato. Para o autor, migrar não significa abandonar a comunidade de origem e a saída só ocorre lá onde se esgota o acesso à terra, visto como um dos componentes centrais da reprodução do campesinato. Mesmo nesses casos, a migração definitiva não significa necessariamente uma ruptura em relação à família e à comunidade local, com os quais os que saíram guardam fortes vínculos afetivos e compromissos de solidariedade. Na intrincada rede de sociabilidade

construída, e que se articula por meio da circulação e da mobilidade dos camponeses, o sítio familiar permanece como espaço fundamental para a reprodução social.

Por último, integram a quarta parte do livro dois atores sociais — Thomas Davatz e Francisco Julião Arruda de Paula — líderes envolvidos nas lutas, em momentos distintos, que contribuem na compreensão desse processo e dão vozes aos camponeses.

Procurando descrever e justificar o levante dos colonos contra seus opressores, Thomas Davatz relata como os colonos reclamaram das condições de trabalho e da cobrança de valores que não foram apresentadas na propaganda que atraiu os imigrantes para sair de suas casas na Suíça. Os imigrantes acharam que encontrariam as condições para melhorar sua vida, tornando-se proprietários, por meio da eventual apropriação de terras no Brasil. Os colonos que trabalharam na fazenda Ibicaba forçaram o senador Vergueiro a cumprir as condições prometidas. Davatz se coloca ao lado do campesinato em formação, dando-lhes voz, com a certeza de estar do lado justo do processo histórico.

Conhecido no Brasil e no mundo como líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião Arruda de Paula permanece até hoje como uma das maiores referências das lutas camponesas. A vinculação de Julião com o movimento camponês decorreu de sua atuação como advogado na Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), associação criada pelos moradores e foreiros do Engenho Galiléia, no município pernambucano de Vitória de Santo Antão.

No volume, o autor narra a história dos moradores do Engenho Galiléia e das Ligas Camponesas, explica os métodos de difusão adotados pelo movimento e justifica as três frentes de ação utilizadas pelas Ligas Camponesas: no campo, na Justiça e na Assembléia.

Os autores mencionados aqui privilegiaram a agricultura familiar, sem esquecer as determinantes do processo produtivo e do quadro político. No entanto, as análises são limitadas historicamente, pois não acompanham as transformações concretizadas na política agrícola, defendidas e efetivadas pelo Estado brasileiro e as demais medidas econômicas diretamente relacionadas ao setor agropecuário, especialmente, a partir do período democrático.

As principais transformações ocorridas no campo, entendidas em seu sentido amplo, foram sendo impostas pela modernização e introdução das máquinas agrícolas, que envolveram tanto as atividades diretamente relacionadas à produção

agropecuária quanto aquelas das indústrias fornecedoras de insumos para o setor e as indústrias de beneficiamento e de transformação dos produtos agropecuários.

Contudo, há de se concordar que os organizadores do primeiro volume dessa coletânea selecionaram obras relevantes de autores que se inscrevem em campos disciplinares diversos, que propõem visões distintas e analisam experiências múltiplas do campesinato, em momentos igualmente diferentes da sua história. Dessa forma, é possível pensar no trabalhador do campo de modo plural.

Por fim, o mérito do primeiro volume, de modo geral, é colaborar no sentido de reafirmar que o campesinato e a agricultura de subsistência nunca deixaram de existir, mas sim estiveram presentes no percurso da sociedade brasileira. Além disso, cumpre lembrar que o camponês vem criando formas de resistência e luta para se reproduzir e deve ser entendido como um ator social que tem sua importância na cadeia de desenvolvimento do país, mesmo que a “modernização dolorosa” imposta pelo desenvolvimento do capitalismo no campo tente negar historicamente de todas as formas essa população.

Recebido para publicação em novembro de 2009

Aprovado para publicação em dezembro de 2009

Notas:

¹ WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 23

² Idem.